



XLVII ENCONTRO NACIONAL DOS ESTUDANTES DE ECONOMIA

A IMPORTÂNCIA DO ESTADO PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NO JAPÃO E SEUS IMPACTOS NO PERÍODO DA ERA MEIJI

Universidade Federal do Pará, Belém, Brasil

RESUMO

A obra "Equilíbrio do Poder", escrita por Daron Acemoglu e James Robinson (2020), aborda como principal tema a importância do Estado para o processo de desenvolvimento ou subdesenvolvimento de diversas nações, representando, de forma didática, alguns conceitos fundamentais que auxiliam na compreensão desse tema. Desse modo, o artigo a ser produzido tem como objetivo além de relacionar as teorias desse exemplar para explicar o processo de desenvolvimento no Japão, interpretar os acontecimentos históricos e abranger como o Estado se consolidou no período da Era Meiji e propôs o desenvolvimento industrial, que apesar de retardatário, foi fundamental para o crescimento econômico no Japão. Sendo assim, ao final da leitura, será possível compreender como a formação e a consolidação do Estado na sociedade japonesa foi um fator primordial para que ele pudesse se tornar, atualmente, uma nação próspera em diversos setores, como industrial, tecnológico e econômico.

Palavras-chave: desenvolvimento, Estado, economia, industrialização, mudanças institucionais.



XLVII ENCONTRO NACIONAL DOS ESTUDANTES DE ECONOMIA

1. INTRODUÇÃO

De que forma o Estado¹ influencia a trajetória de uma sociedade rumo ao desenvolvimento? Afinal, por que alguns países são desenvolvidos e outros não? Essa é uma questão recorrente desde os primórdios até os dias atuais por diversas teorias de diferentes escolas do pensamento econômico, visto que cada uma tem uma perspectiva única de como ocorre o processo de desenvolvimento de um país. No entanto, esse artigo tem como intuito tentar explicar, a partir da perspectiva de Daron Acemoglu e James Robinson, a importância das mudanças institucionais e da atuação do Estado na efetivação dessas novas políticas para o desenvolvimento.

Dentro dessa perspectiva, cabe afirmar que as instituições² influenciam diversos âmbitos de atuação em uma sociedade, de maneira formal e informal, regendo as interações sociais e contribuições para a educação, economia, saúde, entre outras áreas. A partir dessa ratificação, é necessário analisar o papel que as instituições agregam na sociedade, principalmente no que se refere ao processo de desenvolvimento econômico, a fim de assim, conseguir compreender sua relevância para esse setor.

Desse modo, a relação das instituições com a sociedade segue lado a lado, sendo fundamentais para a evolução e abolição de políticas corruptas e desordenadas que atrasam o desenvolvimento econômico. Portanto, após um breve resumo do que seriam as instituições e quais impactos ela apresenta para a sociedade, cabe relacionar a importância do Estado para guiar as sociedades a mudança das instituições extrativistas para instituições inclusivas, conceitos que são abordados no livro "Por que as nações fracassam?" de Acemoglu e Robinson (2012):

¹ Na perspectiva de Thomas Hobbes, o Estado seria uma entidade criada pelos indivíduos por meio de um acordo mútuo, no qual todos transferem seus direitos para uma autoridade comum, o governante. O governante, por sua vez, fica responsável por estabelecer leis, diminuir os conflitos e proteger a população.

² Na perspectiva neo-institucionalista, as instituições moldam o funcionamento da sociedade. Essas instituições podem incluir leis, regulamentos, normas culturais, estruturas organizacionais ou até mesmo valores e cultura compartilhadas.



XLVII ENCONTRO NACIONAL DOS ESTUDANTES DE ECONOMIA

As instituições extrativistas são caracterizadas por limitar o poder nas mãos de uma elite, tem como objetivo extrair recursos da sociedade por interesses próprios. Desse modo, a sociedade fica com sua liberdade limitada. Por outro lado, as instituições inclusivas promovem liberdade econômica e social para a sociedade, garantindo direitos participação social, fazendo a sociedade evoluir economicamente, politicamente e socialmente, e consequentemente levando ao crescimento da nação (ACEMOGLU et al., 2012)

É com base nessa análise que este texto se propõe explicar, o surgimento do Estado e seus impactos na sociedade japonesa, mais enfaticamente na mudança de perspectiva econômica desse país, com a finalidade de buscar entender como, apesar de tão pouco tempo, o país ter se desenvolvido e ocupado atualmente a 3º posição nos maiores PIB do mundo e se transformado em uma grande potência mundial.

Para isso, esse artigo se divide em três partes, além da introdução. A primeira apresenta os conceitos fundamentais da teoria de Daron Acemoglu e Robinson (2020), explicando-os detalhadamente para posteriormente relacioná-los com o contexto histórico em que o Japão estava inserido. A segunda apresenta a importância do Estado para as mudanças institucionais, mas enfaticamente na industrialização e na economia japonesa. A conclusão está reservada a enfatizar os impactos positivos que essas políticas adotadas tiveram para o desenvolvimento econômico no Japão, evidenciando assim, a importância das instituições para a sociedade.

2. EQUILÍBRIO DO PODER: TEORIA DE ACEMOGLU E ROBINSON PARA COMPREENSÃO DA ANÁLISE TEXTUAL

Primeiramente, é de extrema relevância abordar, mesmo que de forma breve, a história dos autores e a relevância de suas obras para podermos, posteriormente, analisar suas teorias. Assim sendo, Daron Acemoglu e James A. Robinson são economistas, reconhecidos por suas pesquisas e publicações de livros, que tem como enfoque explicar a economia do desenvolvimento. Cada um tem suas individualidades, mas sua junção implica em explicitar, teoricamente, como as instituições políticas afetam o crescimento sustentável de um país, tendo suas obras como base de pesquisas para revelar o sucesso ou fracasso das nações.



XLVII ENCONTRO NACIONAL DOS ESTUDANTES DE ECONOMIA

Desse modo, ao compreender a ideia central que rege as teorias desses dois autores, darei enfoque a uma obra em específico, chamada "Equilíbrio do Poder". Nessa obra, é retratada a importância de um Governo para a organização da sociedade, no qual o chama de leviatã. Entretanto, na perspectiva deles, não existiria apenas um leviatã, mas vários, e cada um atuaria de forma diferente no país em que estivesse inserido.

Na obra, são abordados quatro tipos diferentes, mas, para análise do texto, serão enfatizados apenas três, o primeiro seria o leviatã ausente que retrata a inexistência do Estado na sociedade, onde apenas as instituições participativas estão presentes. O segundo seria o Leviatã despótico, o Estado totalitário que exerce total poder perante a sociedade que está inserido e predomina as instituições estatais. O terceiro, chamado de Leviatã algemado, seria o Estado limitado pela sociedade, onde o equilíbrio das instituições estatais e participativas estão em acordo.

A liberdade e, em última análise, a capacidade do Estado dependem do equilíbrio de poder entre o Estado e a sociedade. Se o Estado e as elites se tornam demasiado poderosos, acabamos com um Leviatã Despótico. Se enfraquecem, temos o Leviatã Ausente. Por isso, precisamos tanto do Estado como da sociedade a cooperarem e nenhum deles a ganhar vantagem sobre o outro (ACEMOGLU et al., 2020, p. 56)

De acordo com a análise do trecho, o Leviatã Algemado seria o melhor tipo de Estado, pois seria o equilíbrio entre a sociedade e o Estado, sendo o único capaz de adentrar no corredor estreito, rumo ao desenvolvimento e prosperidade da nação. Entretanto, manter esse tipo de poder não é uma tarefa fácil, pois quem está no poder, sempre tem o interesse de permanecer nele e aumentá-lo sempre que possível, pois isso o diferencia da população, lhe dá mais privilégios que aos demais.

Desse modo, é necessário que a sociedade assuma uma postura e realize sua cidadania, limitando esse poder com sua pressão, seja nas palavras quanto nas atitudes, para não permitir o crescimento desse poder.



XLVII ENCONTRO NACIONAL DOS ESTUDANTES DE ECONOMIA

O poder da sociedade baseia-se na capacidade das pessoas para resolver o problema da sua 'ação coletiva' para se empenhar na política, impedir as mudanças a que se opõe e impor os seus desejos às principais decisões sociais e políticas (ACEMOGLU et al., 2020, p. 66).

Nesse sentido, é importante considerar que a quantidade de poder que o Estado possui está diretamente vinculada à ação coletiva que a população exerce sobre ele. É preciso confiar, as não deixar de exercer a cidadania para cobrar e fiscalizar as ações do governo, pois, facilmente, esse poder pode aumentar (conceito "rainha de copas"), tornando difícil limitá-lo posteriormente.

Portanto, após um breve resumo da obra em questão, é possível analisar, a partir dessa perspectiva, o processo de desenvolvimento econômico no Japão. Assim, reafirmo que, a partir deste momento, utilizarei os conceitos dessa obra para interpretar como ela pode contribuir para a compreensão do desenvolvimento no Japão.

3. SURGIMENTO DO ESTADO NO JAPÃO E SUA RELEVÂNCIA PARA AS MUDANÇAS INSTITUCIONAIS

Antes de adentrar nas mudanças institucionais que ocorreram no Japão, é preciso compreender como a sociedade japonesa era antes do surgimento do Estado, para poder entender como ele se formou e se consolidou no Japão. Anteriormente do período chamado Era Meiji, considerado como um período de diversas mudanças positivas pela qual o Japão passou, ele era regido por uma infinidade de políticas que limitavam a sociedade, não havia participação social e o poder estava concentrado nas mãos do Xógum (proprietários de terras), que cobravam taxas abusivas para a manutenção dos seus privilégios. O regime era feudal, tinha como base o trabalho de servidão, onde os camponeses não tinham direito à terra e nem ao que eles mesmo produziam, tendo que ceder praticamente metade de sua produção. Vivendo em uma situação de subsistência, o comércio era marginalizado e tido como algo que não deveria ser explorado. O Japão era um país isolado, não tinha contato com outros países e nem liberdade para desenvolver o contato com outras culturas que partissem do país em que estavam inseridos.



XLVII ENCONTRO NACIONAL DOS ESTUDANTES DE ECONOMIA

Existia o Imperador, porém era meramente representativo, não tinha nenhum poder na sociedade.

(...) com o tempo, o Leviatã Despótico torna-se esmagadoramente poderoso em relação a uma sociedade débil e uma mudança no equilíbrio do poder que acabe por conduzir a um Leviatã Algemado torna-se menos provável (ACEMOGLU et al., 2020, p. 82).

Como citado no trecho, é possível relacionar que quando se tem visão a partir da perspectiva teórica, esse poder que estava instaurado no Japão era regido por instituições extrativistas e estava sujeito a características semelhantes às do Leviatã Despótico. O país era pobre, ausente de liberdade e regido por um poder que tinha como objetivo apenas os próprios interesses e privilégios que poderia obter. Sendo assim, viu-se ali a necessidade de transformar aquela sociedade.

3.1. Processo de industrialização no Japão e a importância desse crescimento para o seu desenvolvimento econômico

Em primeira análise, cabe compreender que o desenvolvimento industrial no Japão possibilitou o seu crescimento perante o mercado mundial e corroborou para o seu desenvolvimento econômico. Nesse sentido, cabe afirmar que a criação de indústrias só foi possível devido às mudanças institucionais pelas quais o Japão passou. Dentre essas, a abertura dos portos foi o principal fator para o crescimento comercial, pois o contato com novas culturas de países já desenvolvidos e podendo comercializar com eles, foi possível desenvolver conhecimento necessário para incluir o Japão no mercado mundial.

Na Era Meiji, como indústria pioneira, o Governo reconheceu a produção têxtil na sociedade japonesa como algo cultural e viu ali a oportunidade de modificar os modos de produção que existiam na época, que era feita de forma artesanal. Nesse aspecto, com essa nova visão para o mercado externo, foi possível visualizar essa produção não apenas de forma rudimentar e produção local, mas como um produto a ser produzido para o mercado externo,



XLVII ENCONTRO NACIONAL DOS ESTUDANTES DE ECONOMIA

até então inexplorado. Sendo assim, dentre as inúmeras vantagens que o Estado trouxe para o desenvolvimento industrial, será explorado alguns.

Para que houvesse o ambiente propício para a produção da indústria têxtil, o Governo decidiu utilizar dos antigos espaços pertencentes ao xogunato e senhores da terra na Era Edo, para adaptar esse espaço à criação de fábricas para a produção da seda. Assim sendo, o mercado no Japão ficou em estado de dualidade: em um lado estava se formando uma produção mecanizada rumo à modernização e a exportação para outros países, do outro, artesanal e atendendo ao mercado doméstico.

A introdução de novas técnicas iniciou-se uma definitiva mudança no padrão de exportação japonesa: enquanto na década de 1880 exportava-se basicamente a seda como matéria-prima, vinte anos depois, parte das exportações era representada por produtos manufaturados de seda (SAES SAES, 2013, p. 276)

Desse modo, a mudança de mentalidade e o investimento necessário que o governo fez na mudança do padrão de produção de tecido, de apenas exportador de seda como matéria prima para a exportação do produto manufaturado com valor agregado.

Outro fator que contribuiu para o desenvolvimento industrial no Japão foi o processo de ocidentalização pelo qual ele passou, pois em decorrência do contato com outros países já desenvolvidos, foi possível desprender-se de técnicas já utilizadas anteriormente e substituí-las por novas, já que esses países já haviam adentrado no processo de industrialização. Com esse contato com o mercado externo, foi possível inserir maquinários, compreender como funcionava a gestão de outras indústrias, como funcionava o modo de produção dos operários, entre outras coisas. Foi em decorrência desse olhar visionário para um mercado em ascensão e os investimentos necessários para alavancá-lo que fizeram com que o Japão pudesse crescer e se desenvolver economicamente e socialmente. "Se entre 1889-1893 a produção de seda era de 7,5 milhões de libras-peso por ano, entre 1909 e 1913, esse valor havia subido para 27,9 milhões, sendo que 3/4 eram direcionados para exportação" (SAES SAES, 2013, p. 276).



XLVII ENCONTRO NACIONAL DOS ESTUDANTES DE ECONOMIA

Pode-se afirmar, portanto, que o desenvolvimento econômico no Japão só foi possível devido a mudança de mentalidade da sociedade, que com incentivo do Estado e determinação para adentrar em técnicas antes inexploradas de produção, gestão empresarial e introdução ao mercado internacional, fez com que conseguissem inserir-se, mesmo que tardiamente, no processo de desenvolvimento.

Nesse sentido, a Missão Iwakura³ teve extrema relevância para o desenvolvimento econômico, pois foi somente com a expedição feita para países mais desenvolvidos, como Europa e Estados Unidos, que foi possível verificar como faziam suas gestões financeiras, assim como suas estruturas tecnológicas, políticas, educacionais, industriais, etc., para inseri-las no Japão.

(...) vida no corredor - o delicado equilíbrio para criar liberdade exige reformas institucionais para trabalhar e prolongar as normas existentes, ao mesmo tempo que se modificam e se eliminam até mesmo aspectos dessas normas que estão confinando a liberdade (ACEMOGLU et al., 2020, p. 55).

Ademais, outro fator de extrema relevância foi a política econômica do príncipe Matsunaga, já que ele, por ser o principal ministro das finanças, a partir de 1881, verificou a necessidade de instaurar uma reforma financeira no país que o deixasse acessível para realizar o comércio em alta escala. A sua primeira reforma foi a monetária, visto que a Era Meiji havia herdado um sistema econômico desorganizado, formado por várias moedas de diferentes materiais e valores nominais, fator que dificultava o comércio com o mercado internacional. Em decorrência dessa mudança, o iene foi estabelecido como padrão monetário nacional, causando a unificação e padronização da moeda japonesa.

³ A Missão Iwakura, realizada entre 1871 e 1873, foi uma significativa iniciativa diplomática e de pesquisa promovida pelo governo japonês, que tinha como propósito estudar as práticas administrativas, tecnológicas e educacionais dos países ocidentais com vistas a modernizar o Japão.



XLVII ENCONTRO NACIONAL DOS ESTUDANTES DE ECONOMIA

A reforma monetária completava o novo quadro institucional. (...) O governo Meiji havia herdado um sistema desorganizado, formado por moedas de ouro, prata e cobre, com diferentes valores nominais, níveis de pureza e pesos, que, por sua vez, conviviam com 1.694 diferentes tipos de notas emitidas tanto por *daymio* quanto por mercadores (TORRES FILHO, p. 228)

Após isso, outra reforma também elaborada foi a fundação de bancos, visto que com o desenvolvimento econômico, tornou-se necessário para financiar atividades econômicas, auxiliar na importação de materiais bélicos, investimento de capital estrangeiro, entre outros.

Desse modo, é possível compreender que o Estado nesse período e as alterações que ele fez no modo de vida da sociedade japonesa teve enorme relevância para o desenvolvimento no Japão, pois com maior incentivo para o trabalho, políticas educacionais, liberdade econômica, segurança, fez com que a sociedade ficasse mais satisfeita e pudesse produzir com mais afinco.

“Este é o Leviatã que consegue resolver os conflitos com a justiça, fornece serviços públicos e oportunidades econômicas e evita a dominação, estabelecendo os alicerces básicos da liberdade” (ACEMOGLU et al., 2020. p. 81).

Essas mudanças institucionais não devem ser analisadas como um acontecimento imediato, nem ao menos ainda poderiam ser consideradas como Leviatã Algemado, mas estavam passando por processo lento que aos poucos chegaria mais perto de entrar no "corredor estreito", esse processo sublinha a importância do equilíbrio entre um Estado robusto, competente para estabelecer leis e prover serviços públicos com uma sociedade vigilante capaz de supervisionar o Estado para prevenir abusos, engajada para impulsionar o desenvolvimento.

Diante dessa teoria, apesar da introdução de novas técnicas, da mudança na dinâmica de trabalho e abertura do comércio, a população permanecia tendo pouca participação na sociedade, mas estava se formando uma sociedade cada vez mais autônoma e substituindo, mesmo que lentamente, as instituições extrativistas. Essas mudanças trouxeram para sociedade maior mobilidade social, incentivo e visão para o desenvolvimento econômico, de modo a fomentar cada vez mais, a formação de instituições inclusivas.



XLVII ENCONTRO NACIONAL DOS ESTUDANTES DE ECONOMIA

4. CONCLUSÃO

Portanto, cabe concluir este artigo com uma citação do economista Ha-Joon Chang, que diz: “O sucesso é determinado, de um lado, pelas políticas adotadas e, por outro, pela disposição e capacidade que o Estado terá de implementá-las”. Assim, finalizo o texto com o intuito de destacar que o processo de desenvolvimento de uma nação, apesar de poder ter iniciado com instituições extrativistas, é possível de ser alcançado. O Japão demonstrou, na prática, como uma mudança na postura do Estado pode levar ao desenvolvimento econômico do país. Portanto, é essencial que o Estado coloque os interesses da sociedade acima de seus próprios, pois somente assim será possível evoluir econômica e socialmente. Ademais, cabe à sociedade exercer sua cidadania, ser ativa nas decisões políticas, posicionar-se e reivindicar os seus direitos previstos na Constituição, para que o Estado possa cumprir corretamente as obrigações que lhe foram confiadas. Desse modo, é possível compreender que, graças às instituições estatais, aliadas à participação ativa da sociedade, o Japão conseguiu alavancar economicamente e, posteriormente, investir em outros setores, como a indústria bélica, automobilística, tecnológica e pesada, alcançando, atualmente, uma posição de destaque no cenário global, adentrando o que se chama de "corredor estreito com um Leviatã Algemado".

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACEMOGLU, Daron; ROBINSON, James. *O Equilíbrio do Poder: Estados, sociedades e o futuro da liberdade*. Lisboa: Temas e Debates, 2020 (Cap. 2 e 6).

ACEMOGLU, Daron; ROBINSON, James. *Por que as nações fracassam: as origens do poder, da prosperidade e da pobreza*. Elsevier Brasil, 2012.

SAES, Flávio Azevedo Marques de; SAES, Alexandre Macchione. *História Econômica Geral*. São Paulo: Saraiva, 2013(Cap. 10).

TORRES, Filho. *Japão: da industrialização tardia à globalização financeira*, 1999.